UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
DEPARTAMENTO DE DIREITO

PLANO DE ENSINO - DEP DIRGV

NOME DA DISCIPLINA	CÓDIGO
ÊNFASE I – TEMA EM ABERTO	DPR028GV

EMENTA

Tema: Função Jurisdicional, Arbitragem e Processo Eletrônico. História da formação do pensamento ocidental sobre a tripartição de poderes. A Função Jurisdicional. O Poder Judiciário brasileiro. História e desenvolvimento da Arbitragem no Brasil. A Lei de Arbitragem Brasileira (LAB) e o projeto de lei da Nova LAB. A Arbitragem na Administração Pública. Processo Eletrônico.

PROGRAMA

1. História da formação do pensamento ocidental e a tripartição de poderes
- 1.1 Origem e conceito de Poder
- 1.2 O modo de organização funcional no Estado Absolutista
- 1.3 Origem, Evolução, Conceito e fundamento da repartição de poderes
- 1.4 Os modelos francês e estadunidense do papel da função jurisdicional
- 1.5 A assimilação histórica do princípio de separação de poderes no Brasil

2. A Função Jurisdicional
- 2.1 Conceito de função jurisdicional
- 2.2 Organização Judiciária no Brasil Colônia
- 2.3 O Poder Judicial no Brasil Império
- 2.4 O Desenvolvimento do Poder Judiciário na República brasileira

3. O Poder Judiciário no Brasil
- 3.1 Histórico
- 3.2 Princípios e garantias
- 3.3 Organização

4. História e Desenvolvimento da Arbitragem no Brasil
- 4.1 Histórico
- 4.2 Evolução e motivos da Lei de Arbitragem Brasileira

5. A Lei de Arbitragem Brasileira (LAB) e o projeto de lei da Nova LAB
- 5.1 Requisitos objetivos e subjetivos
- 5.2 Convenção de arbitragem e seus efeitos
- 5.3 Árbitros e a função jurisdicional
- 5.4 Procedimento Arbitral
- 5.5 Sentença arbitral
- 5.6 Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras
- 5.7 Projeto de Lei da Nova LAB

6. A Arbitragem na Administração Pública
- 6.1 Histórico do Contencioso Administrativo brasileiro e sua relação com a função jurisdicional
- 6.2 A questão da (in)disponibilidade do interesse público
- 6.3 Possibilidades legais e polêmicas
- 6.4 Regime Jurídico da Arbitragem Administrativa

7. Processo Eletrônico
- 7.1 Histórico do processo eletrônico e a experiência brasileira
- 7.2 A lei de processo eletrônico – Lei 11419/06 – e o Novo CPC/15
- 7.3 A informatização do processo judicial
- 7.4 Da Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais
- 7.5 Do Processo Eletrônico
- 7.6 Teoria Geral do Processo Eletrônico

7.8 Novos princípios processuais relacionados ao Processo Eletrônico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem – com apontamentos sobre os projetos de reforma da lei de arbitragem, lei de mediação e Novo Código de Processo Civil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 16. ed. Salvador: Juspodium, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JÚNIOR, Sidnei. Direito, Gestão e Prática – Estratégias Processuais na Advocacia Empresarial, Série GVLaw. São Paulo: Saraiva, 2014.
LEMES, Selma Maria Ferreira. Arbitragem na Administração Pública. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
LOPES, Simone Cristine Araújo. A Arbitragem como meio alternativo e consensual de controle da Administração Pública (dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: PUCMINAS, 2010. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_LopesSC_1.pdf

01 **Às coordenações respectivas:**

Aprovado em reunião de Departamento

em 08/07/2015

Chefe de Departamento